http://journal.unoeste.br/index.php/ch
DOI: 10.5747/ch.2020.v17.h457
ISSN on-line 1809-8207

Colloquium Humanarum

Submetido: 18/11/2019 Correções: 15/01/2019 Aceite Final: 02/02/2020

A ESCOLHA PELO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA UNIFESP

Felipe Lopes Terrão[1], Leda Maria de Oliveira Rodrigues[2]

[1]Doutorando em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação: História, Política, Sociedade da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP. Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq. **ORCID iD**: https://orcid.org/0000-0001-7706-2662. **E-mail**: felipeloes@yahoo.com.br
[2]Doutorado em Psicologia Social pela Universidade de São Paulo - USP e Pós-Doutorado em Psicologia Social na École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS) de Paris. Professora Titular na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), onde é docente no Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação e no Curso de Graduação em Pedagogia. **ORCID id**: https://orcid.org/0000-0002-1787-9221. **E-mail**: ledamor.puc@gmail.com

RESUMO
Este estudo investigou as razões pela escolha do curso de Educação Física da Universidade Federal de São Paulo. Também faz uma comparação socioeconômica entre 16 discentes do sistema universal ou sistema de cotas. Na segunda etapa foram realizadas cinco entrevistas utilizando os conceitos e concepções de Pierre Bourdieu. As respostas dos questionários permitem caracterizar os discentes pelo sistema universal como classe média e os ingressantes do sistema de cotas com perfil popular. As análises das entrevistas confirmaram a relação entre incorporação no capital cultural de práticas corporais da Educação Física e a escolha pelo curso. As falas também mostram que os estudantes pelo sistema universal escolheram a Unifesp como estratégia para manter sua posição social. No caso dos discentes pelo sistema de cotas o acesso ao ensino superior público retrata a busca por uma nova reclassificação social.
Palavras-chave: Capital Cultural. Educação Física. Campo.

THE CHOICE FOR THE UNIFESP PHYSICAL EDUCATION COURSE

ABSTRACT
This study investigated the reasons for choosing the Physical Education course of the Federal University of São Paulo. It also makes a socioeconomic comparison between 16 students of the universal system or quota system. In the second stage five interviews were conducted using the concepts and the concepts in Pierre Bourdieu. The answers of the questionnaires allow to characterize the students by the universal system as middle class and the students by the popular profile quota system. The analysis of the interviews confirmed the relationship between the incorporation of body practices of Physical Education into the cultural capital and the choice of the course. The statements also show that students by the universal system chose Unifesp as a strategy to maintain their social position. In the case of students by the quota system, access to public higher education portrays the search for a new social reclassification.
Keywords: Cultural Capital. Physical Education. Field.

LA ELECCIÓN PARA EL CURSO DE EDUCACIÓN FÍSICA DE UNIFESP

RESUMEN
Este estudio investigó las razones por la elección del curso de Educación Física de la Universidad Federal de São Paulo. También hace una comparación socioeconómica entre 16 estudiantes del sistema universal o sistema de cuotas. En la segunda etapa, se realizaron cinco entrevistas utilizando los conceptos y los conceptos de Pierre Bourdieu. Las respuestas de los cuestionarios permiten caracterizar a los estudiantes por el sistema universal como clase media y a los estudiantes por el popular sistema de cuotas de perfil. Los análisis de las entrevistas confirmadas la relación entre incorporación en el capital cultural de prácticas corporales de la Educación Física y la elección por el curso. Las declaraciones también muestran que los estudiantes por el sistema universal eligieron Unifesp como estrategia para mantener su posición social. En

el caso de los estudiantes por el sistema de cuotas, el acceso a la educación superior pública representa la búsqueda de una nueva reclasificación social.
Palabras clave: Capital Cultural. Educación Física. Campo.

INTRODUÇÃO

A expansão do mercado de trabalho na Educação Física e a necessidade corporativista de reserva profissional contra a ação dos assim denominados "leigos da Educação Física" foram determinantes para regulamentação da área como profissão, conforme a lei nº 9.696/98, e na criação do Conselho Federal de Educação Física (CONFEF). Mas não é somente isso, já que a chamada proteção da Educação Física dos "leigos" pela regulamentação da profissão e a interferência do mercado de trabalho no crescimento de um novo campo de atuação profissional fora do meio escolar (academias de ginástica, clubes, condomínios, espaços de lazer privados e públicos), promovido pelo modelo econômico neoliberal que incentiva a privatização e individualização da oferta de serviços ligados à saúde, também influenciou no modelo de formação universitária na Educação Física. (NOZAKI, 2004).

Este reordenamento do curso de Educação Física é aqui destacado quando o Conselho Nacional de Educação (CNE) no uso de suas atribuições aprovou a resolução CNE/CP nº 01/2002 que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para a formação de professores da educação básica e, posteriormente, o parecer CNE/CES nº 058/2004, instituiu as orientações específicas para o curso de licenciatura em Educação Física. Já para o curso de bacharelado, com base na resolução CNE/CES n°7/2004, alterada pela resolução CNE/CES nº7/2007, foram criadas Diretrizes Curriculares Nacionais específicas para o curso de graduação em Educação Física no ensino superior.

Cabe, aqui, um importante parêntese: a CNE/CES nº7/2007 foi objeto de diferentes interpretações sobre as diretrizes curriculares do curso de Educação Física cujos possíveis efeitos legais levaram o ministério público e o poder judiciário a criar outra resolução. Destarte, considerando a competência legal da Câmara de Ensino Superior e a necessidade de manter a conformidade do parecer CNE/CES nº 058/2004, o parecer CNE/CES nº 274/2011 definiu, mais uma vez, licenciatura e bacharelado como as duas únicas possibilidades de formação em Educação Física, não havendo uma terceira alternativa. Ambos os títulos requerem uma formação acadêmica com conteúdo comum referente ao campo da Educação Física. O comando curricular é único e indissociável. A única diferença está no fato de que a formação dos licenciados em Educação Física, além de atender à resolução CNE/CES nº 7/2004, deve também atender ao disposto na resolução CNE/CP nº 1/2002, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores da educação básica, em nível superior, curso de licenciatura de graduação plena.

Apesar de diretrizes curriculares nacionais específicas e, ainda, a justificativa do Conselho Federal de Educação Física de que o profissional formado em um currículo próprio se sentiria seguro e preparado para trabalhar, a divisão do curso acabou restringindo o campo de atuação ao manter os profissionais de Educação Física reféns de competências aplicadas pelo mercado de trabalho como, por exemplo, a obrigatoriedade do registro no conselho da categoria.

A propósito, pode-se citar o estudo Iora, Souza e Prietto (2017) sobre as demandas relativas à formação de egressos dos cursos de Educação Física ao se defrontarem com as exigências impostas pelo mercado de trabalho. Para isso, os autores entrevistaram nove egressos que retornaram para realizar sua formação no outro curso de graduação em Educação Física, licenciatura ou bacharelado.

As respostas dos entrevistados mostraram que o motivo do retorno dos egressos é determinado, fundamentalmente, pelo mercado de trabalho, para ampliar o seu campo de atuação, ou seja, para os bacharéis em Educação Física, retornar ao curso se faz necessário para ter maiores oportunidades de realizar um concurso público, contribuindo, assim, para uma maior estabilidade financeira. No caso dos licenciados, o objetivo se deve à necessidade de poder atuar no mercado liberal, complementando o seu rendimento financeiro. (IORA; SOUZA; PRIETTO, 2017, p. 471).

Iora, Souza e Prietto (IORA; SOUZA; PRIETTO, 2017, p. 471) expõem ainda que a divisão do curso em licenciatura e bacharelado

desqualificou a formação do profissional, pela visão fragmentada do campo de conhecimento apresentada nos respectivos cursos. Além disso, indiretamente, vem atendendo às demandas da regulamentação e gerência de uma pequena parcela da sociedade, o conselho da categoria (CREF/CONFEF).

Na mesma direção, ao estudar o perfil de 100 egressos do curso de licenciatura em Educação Física da Universidade Federal do Piauí (UFPI), Santos, Moreira e Brito (2018) constataram, como esperado, egressos que atuam na área da Educação Física, exercendo a função de professor em atividades produzidas na escola. Por outro lado, chama atenção a presença de egressos atuando em áreas descritas para bacharéis como, por exemplo, academias de musculação e ginástica, além de egressos atuando como *personal trainer*. Isso remete a ideia de que a divisão da Educação Física, aparentemente, não impediu a desvalorização do campo profissional, que parte do trabalho assalariado nas escolas e chega ao setor de bens e serviços, que, muitas vezes, acontece na informalidade.

Em outras palavras, as transformações permanentes do mercado de trabalho com o surgimento constante de novas tecnologias e áreas diversificadas tem imposto ao estudante questionamentos que se estendem, desde a descoberta pelo campo de interesse até a preocupação em acertar na escolha de uma profissão que atenda aos interesses pessoais e financeiros, o que é uma tarefa complexa, face à insegurança advinda do mercado de trabalho brasileiro. (BIASE, 2008).

Portanto, considerando a divisão do curso de Educação Física em dois currículos distintos para atender as exigências do mercado de trabalho, a influência do Conselho Federal de Educação Física e a busca pela segunda formação em Educação Física como estratégia para ampliar o campo profissional, partimos da ideia de que a escolha pelo curso de Educação Física, em alguma medida, é resultado de decisões e relações sociais que marcam cada percurso profissional de modo particular, uma vez que esse processo de escolha possui relação direta com a trajetória de vida do agente, podendo essa decisão ter como objetivo a manutenção ou superação da posição social conquistada pela geração anterior.

A partir deste postulado, apresentamos como objetivo geral deste estudo identificar as razões pela escolha do curso de bacharelado em Educação Física da Universidade Federal de São Paulo com base na hipótese de que o contato com práticas culturais ou corporais da Educação Física, proveniente da trajetória social em diversos campos sociais, exercem influência na escolha pelo curso.

Tendo em consideração a hipótese e objetivo estabelecidos, formularam-se os seguintes questionamentos: Qual é a influência da origem familiar, trajetória social e educacional na escolha pelo curso de Educação Física? Considerando, ainda, que o curso de Educação Física cumpre em seu processo seletivo a lei de cotas, perguntamos, qual é o perfil socioeconômico dos discentes que ingressam no curso de Educação Física pelo sistema universal e/ou sistema de cotas?

PROCEDIMENTOS

Primeiramente, é preciso esclarecer que este estudo é resultado de uma pesquisa de mestrado junto a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Esta pesquisa foi aprovada pelo comitê de ética da Plataforma Brasil, sob o parecer nº 836.033, e pela comissão do curso de Educação Física da Universidade Federal de São Paulo (ofício nº 09/14).

Os dados deste estudo transversal, de cunho interpretativo, sobre os quais trataremos aqui foram coletados com oito ingressantes pelo sistema universal e oito pelo sistema de cotas do curso de Educação Física da Universidade Federal de São Paulo, oriundos do vestibular de 2015. Todos os participantes foram esclarecidos dos objetivos e métodos deste estudo ao assinarem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Sobre os instrumentos escolhidos, torna-se fundamental explicitar que o questionário socioeconômico possibilita ao nosso estudo conhecer o perfil socioeconômico dos estudantes do curso de bacharelado em Educação Física da Universidade Federal de São Paulo, contudo, é importante lembrar que a caracterização destes voluntários não pode ser generalizada em razão de não trabalharmos com uma amostra na sua totalidade. Em relação à entrevista, segundo Thiollent (1981), a escolha deste instrumento permite ao pesquisador obter informações subjetivas dos entrevistados sobre os seus valores e opiniões.

Para a análise qualitativa foram realizadas cinco entrevistas com ingressantes do sistema universal e sistema de cotas para

averiguar o modo de transmissão do capital cultural incorporado pelo agente e como este influenciou na escolha pelo curso de bacharelado em Educação Física da Universidade Federal de São Paulo, além disso, as concepções de classificação, reclassificação e desclassificação foram empregadas para explicar qual é a estratégia adotada pelo discente nessa decisão.

Quanto à escolha dos participantes, cabe ressaltar que a seleção dos ingressantes pelo sistema universal e sistema de cotas foi aleatória e teve como justificativa o interesse dos discentes que se dispuseram em responder ao questionário socioeconômico e, também, participar da entrevista.

CAMPO DE PESQUISA

No que diz respeito ao campo de pesquisa, a escolha pela Universidade Federal de São Paulo se justificou nos seguintes critérios: a Universidade Federal de São Paulo somente oferece o curso de Educação Física no campus da Baixada Santista; o curso é realizado em período integral; o curso oferecido é o de bacharelado na modalidade saúde, ou seja, o estudante deste curso não é habilitado para trabalhar na educação básica; utiliza como vestibular para ingresso o Exame Nacional do Ensino Médio; reserva um número determinado de vagas para alunos cotistas (negros, pardos, índios e egressos da escola pública), conforme lei nº 12.711/2012.

Ainda em relação ao local de pesquisa, o curso de bacharelado em Educação Física – modalidade saúde - da Universidade Federal de São Paulo tem duração mínima de 4 anos e máxima de 6 anos, possuindo a carga horária de 4420 horas cursadas em período integral. O currículo do curso é o de bacharelado na modalidade de saúde. Além disso, em sua estrutura curricular, o curso apresenta quatro eixos: O ser humano em sua dimensão biológica; O ser humano e sua inserção social; Trabalho em Saúde, e; Aproximação à prática específica de Educação Física, ou seja, o objetivo do curso é desenvolver conteúdos e atividades sistematizadas para intervir em serviços de saúde, possibilitando aos futuros profissionais compor equipes multidisciplinares de diferentes locais de trabalho voltados à qualidade de vida, prevenção e controle de doenças. (FERREIRA *et al.,* 2013, p. 648).

Sobre o vestibular do curso de Educação Física, é importante ter claro que a Universidade Federal de São Paulo cumpre em seu processo seletivo a lei nº 12.711/2012 ou sistema especial de reserva de vagas. A lei em questão ou lei de cotas, regulamentada pelo decreto nº 7.824/2012, é uma modalidade de seleção que obriga a reserva de 50% das matrículas por curso e turno nas universidades federais e nos institutos federais de educação, ciência e tecnologia aos estudantes oriundos integralmente do ensino médio público ou da educação de jovens e adultos, com reserva específica para pretos, pardos e indígenas. Além disso, a metade desses 50% deverá ser reservada aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salários-mínimos per capita. (FERES JÚNIOR; DAFTON; CAMPOS, 2012).

Ainda, de acordo com a lei nº 12.711/2012, a distribuição das vagas entre os cotistas é dividida em quatro grupos:

- ✓ Grupo L1 é constituído por candidatos com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.
- ✓ Grupo L2 é formado por candidatos auto-declarados pretos, pardos ou indígenas, com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.
- ✓ Grupo L3 é composto por candidatos que, independentemente da renda (art. 14, II, Portaria Normativa nº 18/2012), tenham cursado integralmente do ensino médio em escolas públicas.
- ✓ Grupo L4 é formado por candidatos auto-declarados pretos, pardos ou indígenas que, independentemente da renda (art. 14, II, Portaria Normativa nº 18/2012), tenham cursado integralmente o ensino

> médio em escolas públicas. (BRASIL, 2012).

Também é preciso lembrar que a lei nº 13.409 alterou os artigos 3º, 5º e 7º da lei nº 12.711/2012 para incluir as pessoas com deficiência na modalidade de seleção que obriga a reserva de matrículas por curso e turno nas universidades federais e nos institutos federais de educação, ciência e tecnologia.

REFERENCIAL TEÓRICO

Para investigar a relação entre o contato com práticas corporais e culturais da Educação Física e a escolha pelo curso de bacharelado em Educação Física da Universidade Federal de São Paulo como estratégia educacional, optamos pelos conceitos de capital cultural, campo e as concepções de classificação, reclassificação e desclassificação. A partir dessas considerações, apresentaremos a seguir uma breve revisão com a qual se justifica as opções teóricas deste estudo.

O conceito de capital cultural possibilita compreender como cada indivíduo, a cada momento, contaria com um volume e uma variedade específica de práticas culturais e sociais, trazidos do "berço", acumulados ao longo de cada trajetória social, assegurando ao agente uma determinada estratégia ou escolha no espaço social. Para Bourdieu (1998, p. 74-75):

> [...] O capital cultural é um ter que se tornou ser, uma propriedade que se fez corpo e tornou-se parte integrante da "pessoa", um *habitus*. Aquele que o possui "pagou com sua própria pessoa" e com aquilo que tem de mais pessoal, seu tempo. Esse capital não pode ser transmitido instantaneamente (diferentemente do dinheiro, do título de propriedade ou mesmo do título de nobreza) por doação ou transmissão hereditária, por compra ou troca. Pode ser adquirido, no essencial de maneira totalmente dissimulada e inconsciente, e permanece marcado por suas condições primitivas de aquisição. Não pode ser acumulado para além das capacidades de apropriação de um agente singular; depaupera e morre com seu portador (com suas capacidades biológicas, sua memória, etc).

O capital cultural, segundo Bourdieu, pode existir sob três formas:

> [...] *no estado incorporado*, ou seja, sob a forma de disposições duráveis do organismo; *no estado objetivado,* sob a forma de bens culturais - quadros, livros, dicionários, instrumentos, máquinas, que constituem indícios ou a realização de teorias ou de críticas dessas teorias, de problemáticas, etc.; e, enfim, *no estado institucionalizado,* forma de objetivação que é preciso colocar à parte porque, como se observa em relação ao *certificado escolar,* ela confere ao capital cultural - de que é, supostamente, a garantia - propriedades inteiramente originais. [...] (BOURDIEU, 1998, p.74)

Assim, pode-se dizer que o capital cultural amealhado pelo estudante do curso de Educação Física, sobretudo no estado incorporado, representa a consolidação de um perfil cultural e social, contudo, é preciso ter claro que cada agente utiliza diferentes estratégias para manter ou aumentar o volume de capital cultural em outro mais rentável e/ou mais legítimo (por exemplo, reconverter o capital cultural em diploma universitário).

A opção pelo conceito de campo se deve ao fato de que cada profissão se constitui dentro de um determinado espaço social com conhecimentos, experiências, relações sociais e regras específicas entre agentes que compartilham códigos de pertencimento, classificação e estratégias para conservarem ou modificarem suas posições no campo

profissional. A esse respeito, Bourdieu (1998) explica que:

> Um campo é um espaço social estruturado, um campo de forças - há dominantes e dominados, há relações constantes, permanentes de desigualdade, que se exercem no interior desse espaço - que é também um campo de lutas para transformar ou conservar esse campo de forças. Cada um, no interior desse universo, empenha em sua concorrência com os outros a força (relativa) que detém e que define sua posição no campo e, em consequência, suas estratégias. (BOURDIEU, 1997, p.57).

Pode-se dizer, portanto, que a Educação Física é um campo de lutas simbólicas em que se estabelecem hierarquias de valores, se formam códigos de pertencimento e classificação como, por exemplo, a conquista do diploma universitário de uma instituição com reconhecimento social e prestígio acadêmico como a Universidade Federal de São Paulo.

Já as concepções de classificação, reclassificação e desclassificação permitem ao nosso estudo investigar se a escolha pela Universidade Federal de São Paulo é uma estratégia de distinção social que permite ao seu detentor o direito de ingressar em um campo profissional específico e, ainda, um método adotado por certas classes ou frações de classe para manter ou melhorar sua posição no espaço social. E nas palavras de Bourdieu encontramos apoio para inferir que a obtenção do diploma universitário garante ao seu portador o reconhecimento social de um perfil com habilidades e competências específicas e, ao mesmo tempo, assegura o direito de ocupar determinados cargos ou posições sociais. (BOURDIEU, 2013).

Segundo Bourdieu (2013):

> [...] na definição tácita do diploma, ao assegurar *formalmente* uma competência específica (por exemplo, um diploma de engenheiro), está inscrito que ele garante *realmente* a posse de uma "cultura geral", tanto mais amplo e extenso quanto mais prestigioso for esse documento; e, inversamente, que é impossível exigir qualquer garantia real sobre o que ele garante formal e realmente, ou, se preferirmos, sobre o grau que é a garantia do que ele garante. Este efeito de imposição simbólica atinge sua máxima intensidade com os alvarás da burguesia cultural: certos diplomas [...] garantem, sem outras garantias, uma competência que se estende muito além do que, supostamente, é garantido por eles, com base em uma cláusula que, por ser tácita, impõem-se, antes de tudo, aos próprios portadores desses diplomas que, deste modo, são intimados a assenhorear-se realmente dos atributos que, estatutariamente, lhes são conferidos. [...] (BOURDIEU, 2013, p. 28-29).

A respeito do valor simbólico do diploma universitário de uma instituição com reconhecimento social, Sampaio e Sanchez (2017), em uma pesquisa que investigou as trajetórias de atuação profissional e os percursos de formação acadêmica de 190 docentes que hoje atuam na Faculdade de Educação da USP – FE/USP – e na Faculdade de Educação da Unicamp – FE/Unicamp, com base nos dados da Plataforma Lattes do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico – CNPq, concluíram, entre outros resultados, que 80 dos 107 docentes da FE/USP e 47 dos 83 docentes da FE/Unicamp graduaram-se em instituições públicas.

Outro dado relevante são os docentes da FE/USP e da FE/Unicamp que realizaram a graduação e a pós-graduação em instituições privadas. Na FE/USP, 25 professores cursaram a graduação em alguma instituição privada. Dentre eles, nove estudaram na Pontifícia Universidade

Católica de São Paulo – PUC-SP, seis na Pontifícia Universidade Católica de Campinas – PUC-Campinas, dois na Fundação Getúlio Vargas e os demais se distribuem em instituições privadas. Na FE/Unicamp, dos 29 docentes que estudaram em instituições privadas, 19 fizeram sua graduação na PUC-Campinas, PUC-SP e na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-RJ. (SAMPAIO; SANCHEZ, 2017).

Além disso, no nível de pós-graduação, 16 docentes da FE/USP foram titulados mestres em instituições privadas, entre as quais figuram apenas três: PUC-SP, PUC-Campinas e PUC-RJ. Na FE/Unicamp, apenas seis docentes cursaram o mestrado em instituições privadas; além da PUC-Campinas e da PUC-SP, aparecem na lista a FGV, em São Paulo, e a Universidade Metodista de Piracicaba. No doutorado, apenas a PUC-SP e a PUC-Campinas são citadas como instituição onde se titularam quatro docentes da FE/USP e dois da FE/Unicamp. Quer isso dizer que mais de 80% dos docentes da FE/Unicamp e da FE/USP obtiveram seus mestrados em universidades públicas e mais de 90% deles se titularam doutores também em universidades públicas. (SAMPAIO; SANCHEZ, 2017).

Os resultados deste estudo denotam, entre professores que atuam na Faculdade de Educação da USP e na Faculdade de Educação da Unicamp, a relação entre o diploma universitário obtido em uma instituição de ensino superior com reconhecimento acadêmico e o ingresso em cargos com prestígio social no campo profissional.

RESULTADOS

Quadro 1. Perfil socioeconômico de ingressantes pelo sistema universal e sistema de cotas do curso de Educação Física da Universidade Federal de São Paulo.

Nome*	Idade/ Vestibular	Renda Familiar	Escolaridade Pai	Profissão Pai	Escolaridade Mãe	Profissão Mãe	Trajetória Ensino
Luis	17/ universal	Acima de 8 S.M***	Ensino superior	Engenheiro mecânico	Ensino superior	Bióloga	Privado
Sara	19/ universal	De 6 a 7 S.M***	Ensino superior	Pastor	Ensino médio	Não exerce atividade	Privado
Yago	25/ universal	De 2 a 3 S.M***	Ensino fundamental	Vigilante	Ensino fundamental	Não exerce atividade	Público
Elmi	18/ universal	De 6 a 7 S.M***	Ensino superior	Professor	Ensino médio	Aux. enfermagem	Privado
Evan	19/ universal	De 7 a 8 S.M***	Ensino superior	Escrevente da polícia	Ensino superior	Advogada	Privado
Cyro	18/ universal	De 6 a 7 S.M***	Ensino superior	Servidor público	Ensino superior	Dentista	Privado
Noel	22/ universal	Acima de 8 S.M***	Ensino superior	Engenheiro civil	Ensino superior	Médica	Privado
Lior	19/ universal	Acima de 8 S.M***	Ensino superior	Engenheiro civil	Ensino superior	Aux. Dentista	Privado
Toni	17/ cotas	De 3 a 4 S.M***	Ensino médio	Encarregado de Setor	Ensino médio	Autônoma	Público
Yuri	18/ cotas	De 3 a 4 S.M***	Ensino médio	Autônomo	Ensino fundamental	Não exerce atividade	Público
Alan	18/ cotas	De 1 a 2 S.M***	Ensino médio	Não informou	Ensino médio	Funcionária pública	Público
Yael	20/ cotas	De 2 a 3 S.M***	Ensino fundamental	Motorista	Ensino fundamental	Diarista	Público
Luca	22/ cotas	De 4 a 5 S.M***	Ensino fundamental	Pedreiro	Ensino médio	Auxiliar de serviços	Público
Liam	17/ cotas	Acima de 8 S.M***	Ensino superior	Corretor de imóveis	Ensino superior	Auxiliar de serviços	Público
Izan	17/ cotas	De 2 a 3 S.M***	Ensino médio	Corretor de imóveis	Ensino superior	Professora	Público e privado

Hana	17/ cotas	De 4 a 5 S.M***	Ensino fundamental	Operador de máquinas	Ensino superior	Professora	Público

Fonte: Autor (2019).

Notas: * Os nomes verdadeiros dos sujeitos apresentados neste estudo foram substituídos por nomes fictícios com o intuito de preservar o anonimato de sua identidade.

** O salário utilizado como renda nesta pesquisa é o salário mínimo nacional de 2014 no valor de R$ 724,00, conforme publicação do decreto presidencial nº 8.166, de 23 de Dezembro de 2013.

*** S.M: Salário mínimo.

DISCUSSÃO

Este estudo foi realizado em duas etapas complementares. Na primeira fase, com base em um questionário socioeconômico, buscamos investigar os aspectos econômicos, sociais e educacionais com o objetivo de apresentar um quadro mais aprofundado sobre os 16 voluntários deste estudo. Na segunda parte, realizamos cinco entrevistas com ingressantes pelo sistema universal e sistema de cotas a fim de averiguar a relação entre o contato com práticas culturais ou corporais da Educação Física, proveniente da trajetória social em diversos campos sociais, e a escolha pelo curso de bacharelado em Educação Física da Universidade Federal de São Paulo.

Os dados analisados junto ao questionário socioeconômico permitem caracterizar os ingressantes pelo sistema universal do curso de Educação Física da Universidade Federal de São Paulo como uma amostra, na sua maioria, com características das classes médias, já que estes sujeitos possuem renda familiar superior a seis salários mínimos, pais com formação superior e com empregos que exigem qualificação superior. Por outro lado, a presença de um estudante com percurso educacional no ensino público e pais com ensino fundamental em ocupações que exigem pouca qualificação também indicam a presença de sujeitos das classes populares pelo sistema universal, ver Quadro 1.

No que diz respeito aos ingressantes pelo sistema de cotas verificamos a existência de estudantes, como esperado, pertencentes às classes populares em razão da trajetória escolar em escolas públicas, renda familiar inferior a cinco salários mínimos, pais com diferentes escolaridades (ensino fundamental I, II, médio incompleto ou completo e ensino superior) e com ocupações, na sua maioria, que exigem baixa escolarização, contudo, é importante esclarecer que a presença de um estudante (1/8) com renda familiar superior a 8 salários mínimos se justifica nos critérios estabelecidos pela lei de cotas ou lei nº 12.711/2012, ver Quadro 1.

Na segunda fase da pesquisa, a partir das falas de cinco ingressantes do curso de bacharelado em Educação Física da Universidade Federal de São Paulo, buscamos analisar duas perguntas: a) Quais foram os motivos pela escolha do curso de Educação Física? b) Porque você escolheu o curso da Universidade Federal de São Paulo?

Sobre as razões pela escolha do curso de Educação Física, as afirmações que seguem expressam, basicamente, estes motivos.

> Eu era uma criança gordinha e isso no ensino médio começou acarretar problemas sociais e quando eu comecei a emagrecer e a desenvolver problemas alimentares como bulimia. Comecei a ter obsessão pela perda de peso e quando isso ficou muito obsessivo e começou a acarretar problemas fiz um acompanhamento psicológico, mas também *comecei a me interessar por esportes e comecei a praticar corridas e a correr cada vez mais e isso me levou a escolher a Educação Física.* (SARA, 2019)[1].

> Eu escolhi o curso de *Educação Física* por causa do *gosto pela prática de esportes e por causa da musculação [...] sempre pratiquei futebol na escola* e depois que comecei a fazer musculação fiquei fascinado pela área. (YAGO, 2019)[1].

[1] Aluno ingressante pelo sistema universal

> *Desde muito cedo, eu dançava e na dança eu me encontrei*, com cinco anos já queria ser igual minha professora e assim foi ao decorrer dos anos [...] *Um pouco mais velha fui criando outros amores, como futebol e toda a área fitness e funcional. Mas, à princípio a razão da minha escolha foi pela dança*, para poder me aprofundar no movimento do corpo. Em 2013, ano que antecedia meu ano de vestibular, eu me lesionei e precisei me afastar da dança por tempo indeterminado e quando iniciei meu tratamento conheci outras áreas pela qual me apaixonei: saúde, em especial a reabilitação, e foi muito fantástico e acolhedor saber e ver o papel do educador físico em hospitais. Isso só reafirmou a minha decisão! (ALAN, 2019)[2].

Além da influência do contato com práticas corporais, chama atenção nas falas dos ingressantes o conhecimento sobre o campo profissional da Educação Física.

> Então, eu sempre gostei muito de Biologia, de como o corpo humano funciona, de todo esse mecanismo e foi isso que eu achei mais parecido comigo, *por eu gostar de exercício e tudo escolhi a Educação Física, mas sempre tive receio por causa do campo, da remuneração e tal* [...] sempre todo mundo fala muito mal do profissional de *Educação Física* e que não faz nada e hoje eu vejo que é totalmente diferente, vejo que não é assim como falam [...] (YURI, 2019)[2].

> Escolhi o curso de *Educação Física* pela possibilidade de diferenciação e inovação enquanto profissional, uma vez que se trata de *um campo muito amplo profissionalmente*. (LUÍS, 2019)[3].

Interessante notar nas falas dos entrevistados como o contato com práticas corporais da Educação Física permitiu aos ingressantes conhecer as regras do campo profissional e, ainda, orientar sua escolha universitária. Além disso, as percepções e opiniões dos discentes sobre o campo de trabalho e o retorno econômico da profissão também revelam que as estratégias dos agentes não se configuram como uma escolha inata, mas sim uma orientação do volume de capital cultural incorporado, proveniente de variados espaços sociais.

Em outras palavras, o capital cultural amealhado pelo agente representa a consolidação de um perfil cultural que assegura ao seu portador a possibilidade de transformar esse "capital" em uma moeda de troca como, por exemplo, a estratégia necessária para ingressar no ensino superior em uma Universidade pública ou o retorno econômico no campo profissional.

Definindo-se a influência do volume de capital cultural incorporado pelo agente na escolha do campo profissional, parece plausível analisar as razões pela escolha da Universidade Federal de São Paulo. Por isso, apresentaremos as percepções dos estudantes sobre decisão.

> *Por ser uma Universidade de excelência em medicina* e como o meu curso tinha a parte biológica, acabei concretizando a minha escolha pela Unifesp. (LUÍS, 2019)[2].

> Porque não é paga e *também por causa do reconhecimento que o ensino possui*. (YAGO, 2019)[3].

Além do prestígio acadêmico e social da Universidade Federal de São Paulo, as respostas dos entrevistados também apontam para a

[2] Aluno ingressante pelo sistema de cotas

[3] Aluno ingressante pelo sistema universal

importância da localização da instituição como critério de escolha pelo curso de Educação Física, apresentada a seguir:

> Por causa do curso ser voltado para saúde e no estado de São Paulo eu tentei USP e Unifesp [...] creio que também sejam as únicas (rs). Eu passei na USP, *mas a grade da Unifesp tinha me chamado mais a atenção*, além disso, *a cidade também foi um dos motivos de escolha*. (ALAN, 2019)[4].

> *Porque é aqui em Santos e é mais perto da minha casa [...]* e também foi mais fácil passar na comparação com outros vestibulares. (SARA, 2019)[5].

A partir das entrevistas realizadas verificamos que em termos de escolha pelo curso da Universidade Federal de São Paulo os dados expressam, nos dois grupos, o valor simbólico do diploma da Unifesp. E nas concepções de classificação, reclassificação e desclassificação encontramos apoio para inferir que os discentes pelo sistema universal investiram em um ensino seletivo que se sobressai pelo reconhecimento acadêmico para manter sua posição social. Já para estudantes do sistema de cotas, ingressar em uma vaga no ensino superior de qualidade representa uma forma de alcançar uma nova reclassificação social.

Outro ponto relevante que pode auxiliar na compreensão das razões dos discentes investirem na Unifesp são suas percepções e opiniões sobre a gratuidade do ensino e a localização da instituição, uma vez que a singularidade de cada estratégia reflete o volume de capital cultural e posição do agente no campo. Significa dizer, na prática, que os discentes pesquisados lançaram mão de seus capitais, acumulados ao longo de suas trajetórias, para perceber, consciente ou inconscientemente, que investir no ensino superior gratuito ou em uma instituição próxima da sua casa é uma estratégia para manter sua classificação social e, ainda, evitar uma possível desclassificação do capital cultural herdado anteriormente.

[4] Aluno ingressante pelo sistema de cotas

[5] Aluno ingressante pelo sistema universal

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A principal limitação do presente estudo encontra-se no fato de que estamos falando de cinco entrevistas e não da totalidade do curso de Educação Física da Unifesp. Logo, não podemos pensar em uma generalização dos dados, mas na possibilidade de insurgir a particularidade dentro da generalidade.

No presente estudo objetivou-se identificar as razões pela escolha do curso de bacharelado em Educação Física da Universidade Federal de São Paulo. Para tanto, os dados foram obtidos por meio dos seguintes instrumentos: a) questionário socioeconômico aplicado junto a todos os participantes do estudo para delimitar o perfil socioeconômico dos mesmos; b) entrevistas com cinco ingressantes pelo sistema universal ou sistema de cotas para investigar a relação entre a incorporação no capital cultural de práticas corporais e culturais da Educação Física e a escolha pelo curso de Educação Física e, também, a estratégia de reconversão adotada pelo discente ao escolher o curso da Universidade Federal de São Paulo.

A primeira "conclusão" é que os ingressantes pelo sistema universal, na sua maioria, possuem características de classe média em razão da trajetória educacional na iniciativa privada, pais com profissões socialmente valorizadas, ensino superior e renda familiar superior a seis salários mínimos. Já os discentes pelo sistema de cotas apresentam, como esperado, percurso educacional público, renda familiar inferior a cinco salários mínimos, pais com ensino básico incompleto ou completo e com ocupações que exigem pouca qualificação, ou seja, confirmaram o perfil característico das classes populares.

No caso da influência da origem familiar, trajetória social e educacional na escolha pelo curso de Educação Física, o que se pode constatar é a relação entre a incorporação no volume do capital cultural de práticas corporais da Educação Física e a escolha pelo curso de Educação Física, uma vez que as falas analisadas indicam o envolvimento com práticas corporais, proveniente das experiências com diferentes

campos sociais, como responsáveis pela escolha do curso.

No que concerne especificamente sobre como a escolha pelo curso de Educação Física da Universidade Federal de São Paulo foi construída, as concepções de classificação, reclassificação e desclassificação nos ajudam a pensar que para os ingressantes pelo sistema universal investir em uma instituição com prestígio social e reconhecimento acadêmico é uma estratégia de distinção para manter sua posição no espaço social e, ao mesmo tempo, evitar uma possível desclassificação do capital cultural herdado anteriormente (origem familiar, trajetória social e educacional). No caso dos ingressantes pelo sistema de cotas, considerando que o curso de Educação Física cumpre em seu processo seletivo a lei nº 12.711/2012, a escolha pelo curso da Universidade Federal de São Paulo possibilitou a estes discentes investirem no ensino superior como estratégia de reconversão para conquistar uma nova reclassificação social.

Por fim, este artigo apresenta algumas questões e, ao mesmo tempo, acaba por abrir outras das quais não daremos conta no escopo deste estudo. Sugerimos que os temas aqui tratados sejam também fruto para outras pesquisas de natureza sobre as razões para escolha pelo curso de Educação Física.

REFERÊNCIAS

ALAN. **Entrevista utilizando os conceitos e concepções de Pierre Bourdieu.** Entrevistador: Felipe Lopes Terrão. São Paulo, 2019. E Entrevista concedida para pesquisa.

BIASE, É. G. **Motivos de escolha do curso de graduação: uma análise da produção científica nacional**. 2008. 130f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

BOURDIEU, P. **Escritos de Educação**. *In:* NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio. (Orgs.). Tradução: Magali de Castro. Petrópolis: Vozes, 1998.

BOURDIEU, P. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BOURDIEU, P. **A distinção***:* crítica social do julgamento*.* São Paulo: Edusp, Porto Alegre: Zouk, 2013.

BRASIL. Lei nº 9.696, de 1 de Setembro de 1998. Dispõe sobre regulamentação da Profissão de Educação Física. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil.** Brasília, DF, 1998.

BRASIL. Decreto nº 7.824 de 11 de Outubro de 2012. Regulamenta a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 2012.

BRASIL. Lei nº12.711 de 29 de Agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 2012.

BRASIL. Decreto nº 8.166 de 23 de Dezembro de 2013. Dispõe sobre a regulamentação da Lei nº 12.382, de 25 de fevereiro de 2011, que dispõe sobre o valor do salário mínimo e a sua política de valorização de longo prazo. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 2013.

BRASIL. Lei nº 13.409 de 28 de Dezembro de 2016. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil.** Brasília, DF, 2016.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Resolução CNE/CP 01/2002**, de 18 de fevereiro de 2002. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília. Brasília, DF, 2002. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_02.pdf. Acesso em: 28 nov. 2018.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Parecer CNE/CES 058/2004**, de 18 de fevereiro de 2004. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Educação Física, em nível superior de graduação plena. Brasília. Brasília, DF, 2004. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/pces058_04.pdf. Acesso em: 30 nov. 2018.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Resolução CNE/CES 07/2004**, de 31 de março de 2004. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Educação Física, em nível superior de graduação plena. Brasília. Brasília, DF, 2004. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/ces0704edfisica.pdf. Acesso em: 30 nov. 2018.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Resolução CNE/CES 07/2007**, de 4 de outubro de 2007. Alteração do § 3º do art. 10 da Resolução CNE/CES 07/2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Educação Física, em nível superior de graduação plena. Brasília. Brasília, DF, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/pces142_07.pdf. Acesso em: 30 nov. 2018.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Câmara de Educação Superior**. Parecer CNE/CES 274/2011, aprovado em 6 de julho de 2011. Indicação referente à revisão do texto das Diretrizes Curriculares Nacionais para curso de Graduação em Educação Física. Brasília. Brasília, DF, 2011. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=8772-pces274-pdf&category_slug=setembro-2011-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 30 nov. 2018.

FERES JUNIOR, J.; DAFTON, V. T; CAMPOS, L. A. A. Ação afirmativa, raça e racismo: uma análise das ações de inclusão racial nos mandatos de Lula e Dilma. **Revista de Ciências Humanas**, Viçosa-MG, v. 12, n. 2, p. 399-414, 2012.

FERREIRA, S; GUERRA, R; PACHECO, P; GOMES, R; AZEVEDO, P; BOTERO, J; OLIVEIRA, R. Formação profissional em Educação Física e saúde na Universidade Federal de São Paulo. **Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde**, Florianópolis, v. 18, n. 5, p. 646-651, 2013. Disponível em: http://rbafs.org.br/RBAFS/article/view/2579. Acesso em: 30 nov. 2018. https://doi.org/10.12820/rbafs.v.18n5p646

LUÍS. **Entrevista utilizando os conceitos e concepções de Pierre Bourdieu.** Entrevistador: Felipe Lopes Terrão. São Paulo, 2019. Entrevista concedida para pesquisa.

NOZAKI, HT. **Educação Física e reordenamento no mundo do trabalho: mediações da regulamentação da profissão**. 2004. 383f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2004.

SAMPAIO, H, SANCHEZ, I. Formação acadêmica e atuação profissional de docentes em educação: USP e UNICAMP. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 47 n. 166 p. 1268-1291, 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100157420170004012 68&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 30 nov. 2018. https://doi.org/10.1590/198053144495

SANTOS, JC; BRITO, A. F; MOREIRA, W. W. Formação profissional em educação física: o perfil dos egressos da UFPI no século XXI. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**, Brasília, v. 26, n. 2, p. 73-81, 2018.

SARA. **Entrevista utilizando os conceitos e concepções de Pierre Bourdieu.** Entrevistador: Felipe Lopes Terrão. São Paulo, 2019. Entrevista concedida para pesquisa.

THIOLLENT, M. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. São Paulo: Polis, 1981.

YAGO. **Entrevista utilizando os conceitos e concepções de Pierre Bourdieu.** Entrevistador: Felipe Lopes Terrão. São Paulo, 2019. E Entrevista concedida para pesquisa.

YURI. **Entrevista utilizando os conceitos e concepções de Pierre Bourdieu.** Entrevistador: Felipe Lopes Terrão. São Paulo, 2019. Entrevista concedida para pesquisa.